

Diário do Legislativo de 11/02/2009

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho – PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana – DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique – PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Weliton Prado – PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro – PSDB

2º-Secretário: Deputado Hely Tarquínio – PV

3º-Secretário: Deputado Sargento Rodrigues – PDT

LIDERANÇAS

LIDERANÇA DO BLOCO SOCIAL DEMOCRATA – BSD (PSDB--PTB--PHS-PMN-PR-PRTB)

Líder: Deputado Luiz Humberto Carneiro

Vice-Líderes: Deputados Ademir Lucas (PSDB) e Célio Moreira (PSDB) e Deputada Ana Maria Resende (PSDB)

LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR SOCIAL – BPS (PV-PSB-PPS-PSC)

Líder:

Vice-Líderes: Deputados Rômulo Veneroso (PV) e Wander Borges (PSB)

LIDERANÇA DO DEM

Líder: Deputado Jayro Lessa

Vice-Líder: Deputada Maria Lúcia Mendonça

LIDERANÇA DO PMDB:

Líder: Deputado Gilberto Abramo

Vice-Líder: Deputado Adalclever Lopes

LIDERANÇA DO PT:

Líder: Deputado Almir Paraca

Vice-Líder: Deputada Elisa Costa

LIDERANÇA DO PDT

Líder: Deputado Sebastião Helvécio

Vice-Líder: Deputado Carlos Pimenta

LIDERANÇA DO PP

Líder: Deputado Dimas Fabiano

Vice-Líder: Deputado Pinduca Ferreira

LIDERANÇA DO GOVERNO:

Líder: Deputado Mauri Torres

Vice-Líderes: Deputado Gil Pereira (PP), Deputado Paulo Cesar (PDT) e Neider Moreira (PPS)

LIDERANÇA DA MAIORIA

Líder: Deputado Domingos Sávio

LIDERANÇA DA MINORIA:

Líder: Deputado Paulo Guedes

SUMÁRIO

1 - ORDEM DO DIA

1.1 - Plenário

2 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

2.1 - Plenário

3 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

4 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

5 - ERRATA

ORDEM DO DIA

ORDEM DO DIA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 11/2/2009

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 742/2007, do Deputado Carlin Moura, que institui o Programa de Prevenção à Epilepsia e Assistência Integral às Pessoas com Epilepsia no Estado e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Saúde e de Educação opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 835/2007, do Deputado Doutor Viana, que altera o art. 3º da Lei nº 12.398, de 12/12/96, que dispõe sobre o Plano Mineiro de Turismo e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Turismo opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 898/2007, do Deputado Délio Malheiros, que dispõe sobre a comercialização de lanches e bebidas em escolas no Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Justiça. A Comissão de Defesa do Consumidor opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão de Defesa do Consumidor.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.874/2007, do Deputado Sargento Rodrigues, que dispõe sobre a proibição de realização de eventos de música eletrônica, conhecidas como "raves", ou eventos semelhantes no Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão do Trabalho perdeu prazo para emitir parecer. A Comissão de Cultura opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da

Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão de Cultura, com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.354/2008, do Deputado Gilberto Abramo, que institui o Banco do Livro nas bibliotecas públicas do Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Educação opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão de Educação, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reuniões Extraordinárias da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reuniões extraordinárias da Assembléia para as 9 e 20 horas do dia 11/2/2009, destinadas, na 1ª Parte, à leitura e à aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos e, na 2ª Fase, à apreciação dos Projetos de Lei nºs 742/2007, do Deputado Carlin Moura, que institui o Programa de Prevenção à Epilepsia e Assistência Integral às Pessoas com Epilepsia no Estado e dá outras providências, 835/2007, do Deputado Doutor Viana, que altera o art. 3º da Lei nº 12.398, de 12/12/96, que dispõe sobre o Plano Mineiro de Turismo e dá outras providências, 898/2007, do Deputado Délio Malheiros, que dispõe sobre a comercialização de lanches e bebidas em escolas no Estado, 1.874/2007, do Deputado Sargento Rodrigues, que dispõe sobre a proibição de realização de eventos de música eletrônica, conhecidas como "raves", ou eventos semelhantes, no Estado, 2.354/2008, do Deputado Gilberto Abramo, que institui o Banco do Livro nas bibliotecas públicas do Estado, e 2.578/2008, do Governador do Estado, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição da República; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 10 de fevereiro de 2009.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 5/2/2009

O Deputado Weliton Prado - Sr. Presidente, quero, em primeiro lugar, saudar todos e todas. Gostaria de tratar de dois assuntos muito importantes, que realmente causaram indignação aos consumidores e a toda a população de Minas Gerais. Um deles diz respeito a uma vitória nossa: conseguimos, através de uma liminar concedida pelo Promotor Antônio Baêta, a quem parabênizo, impedir o aumento da conta de água da Copasa a partir do dia 2 de março. Foi uma vitória, pelo menos parcial, porque o valor da água é muito alto em Minas Gerais. O nosso Estado tem a tarifa de água mais cara do Brasil; o valor cobrado supera até o cobrado pelas companhias municipais.

O outro tema é um absurdo, pois diz respeito a uma ação totalmente desnecessária, intransigente, que fere, do meu ponto de vista, a legislação. É uma grande injustiça, principalmente com os mais pobres. Estamos num momento de crise, no entanto, vem a Cemig propondo mandar o nome de quem estiver devendo a conta de luz para a Serasa e para o SPC. O cidadão já é penalizado por ter a sua conta de luz cortada. Será, agora, mais penalizado ainda porque o nome dele irá para a Serasa e o SPC. Trata-se de um grande constrangimento, pois terá o seu nome negativado junto às instituições financeiras, aos bancos. Muitos servidores públicos estão pagando as contas de luz e de água por meio de empréstimos. Nem isso, agora, poderão fazer mais, pois seus nomes estarão no SPC.

Não há justificativas. A Cemig diz que terá um prejuízo de R\$60.000.000,00. Não sabemos como. Quando há corte de energia, há interrupção do serviço. Caso o cidadão não pague, não há religação de energia. Então, ao contrário, a Cemig ganha com os cortes. Provarei isso. Ela cobra juros, multa, correção, além da taxa de religação. Inclusive a religação com urgência custa mais de R\$21,00. São 165 mil cortes por mês. Imaginem que, desse total, a metade seja de ligações urgentes, pois o cidadão não espera, pelo fato de ter filhos pequenos, idosos em casa necessitando de remédios, crianças precisando ir para a escola. A energia elétrica e a água são bens públicos essenciais. Quando há corte, há necessidade de se pagar a taxa de religação. Se forem 50 mil ligações urgentes, a Cemig ganhará com elas mais de R\$1.000.000.000,00. Isso sem levarmos em conta os juros, a multa e a correção.

Então, além do corte, mandar o nome do consumidor para o SPC fere a legislação, a Lei Federal nº 8.783, que garante que a energia elétrica e a água sejam serviços essenciais, não podendo, portanto, serem interrompidos. Assim, esse tiro da Cemig poderá sair pela culatra. Isso porque muitas pessoas que pegariam empréstimo para pagar a conta de energia já não poderão fazê-lo. Além disso, haverá muitas ações na Justiça, e a empresa poderá perder muito dinheiro. O proprietário, por exemplo, de uma casa ou um apartamento alugados na imobiliária poderá ter o seu nome no SPC. Então, o cidadão, o comerciante, o empresário, ao precisarem de crédito, também não o conseguirão, em virtude do nome negativado pela Cemig. Para isso não ocorrer, é preciso mostrar o registro, enfim, é uma verdadeira burocracia.

A Cemig não conseguirá controlar tudo isso. Colocará muitos nomes de proprietários de imóveis que alugam residências no SPC. O consumidor, que já tem dificuldades para pagar aluguel, bem como as contas de água e de energia, que são muito caras, ao atrasar a conta de energia, ocasionará o registro do nome do proprietário no SPC, resultando numa enxurrada de ações na Justiça contra a Cemig, que terá de pagar indenização.

Repito, essa medida fere o princípio constitucional da razoabilidade. Não é razoável. A Cemig já tem todos os mecanismos para receber a conta. Aliás, o mais drástico, o que mais fere o direito do cidadão é o corte da energia. Ela já tem esse mecanismo. Agora, além de cortar, colocará o nome desse consumidor no SPC. É uma injustiça, uma maldade muito grande, principalmente num momento de crise, num momento em que as pessoas estão desempregadas ou correndo o risco de perder o emprego. O governo tinha de adotar medidas para aquecer a economia, gerar emprego e renda, e não o desemprego, penalizando as pessoas. O ICMS da conta de energia elétrica residencial em Minas já é o mais caro, 42%. Amanhã, a Cemig estará na Aneel solicitando mais um aumento, sendo que de 2003 para cá a conta de luz aumentou muito acima da inflação.

Obtivemos uma vitória na revisão tarifária: a redução de 17,11% na conta de energia elétrica. Ano após ano, a Cemig vem acumulando lucros fabulosos. Ela só está lucrando, e ainda quer mais um aumento. A empresa corta a luz do cidadão, cobra multa, juros, correção e taxa de religação e, agora, quer mandar o nome do coitado para o SPC e Serasa. Isso é muita maldade. Isso é falta de sentimento, de humanidade.

Discordamos frontalmente dessa medida, nós a repudiamos e a consideramos absurda e desnecessária. A Cemig já possui todas as medidas para receber das pessoas que estão em dívida, portanto essa atitude não se justifica.

Temos um projeto nesta Casa que já tramitou por todas as comissões. Ele passou pelas Comissões de Constituição e Justiça, Defesa do Consumidor e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, foi aprovado em todas e está pronto para ser apreciado pelo Plenário desta Casa. Vamos solicitar que o projeto seja incluído na ordem do dia para o aprovarmos, assim não penalizaremos tanto os consumidores.

O que diz o nosso projeto? Ele proíbe que os serviços públicos incluam o nome do consumidor nos cadastros do SPC ou na Serasa. É muito simples. Ele já foi analisado nas comissões, basta o aprovarmos. Espero que os Diretores da Cemig tenham consciência e um pouco mais de humanidade, pois essas pessoas são as que mais precisam. O momento é muito inoportuno, aliás, de mau-gosto. Trata-se de muita maldade, justamente nesse momento difícil que vivemos. Não podemos castigar ainda mais as pessoas, que já estão penalizadas.

Quero parabenizar toda a imprensa mineira. Os jornais trouxeram essa notícia como destaque. O jornal "Estado de Minas" diz: "Cemig quer mandar devedor para a Serasa". Parabenizo as jornalistas Juliana e Paula. Todas as associações de defesa do consumidor repudiam essa ação da Cemig.

Então deixo aqui o nosso protesto. Já estamos encaminhando uma ação ao Ministério Público, alegando o princípio da razoabilidade. A atitude não é razoável. Cortar a luz já fere a Lei Federal nº 8.763. Vamos questionar essa atitude e esperamos que o Ministério Público se posicione o mais rápido possível. Realmente o Ministério Público está agindo. Mais uma vez, aproveito para parabenizar o Ministério Público, o Promotor Antônio Baêta, de Defesa do Consumidor.

A imprensa também noticiou que a Copasa já publicou um aumento de 8,65% para a conta de água, a partir de 2 de março. Após essa data, a conta ficaria mais cara, mas, há algum tempo, ingressamos com uma ação no Ministério Público, a qual obteve desdobramentos. Outra matéria do jornal "Estado de Minas": "Aumento em fevereiro estimado em 7% é questionado pelo Ministério Público por falta de uma agência reguladora". Isso foi fruto do resultado da ação que entramos no Ministério Público. Uma liminar impediu que a Copasa reajuste as tarifas a partir de março. Já está proibido. Esperamos que o mérito seja julgado, e que essa vitória, mais que justa para a população, seja confirmada. O valor da água da Copasa é muito alto. Sempre digo que a água da Copasa tem preço de vinho. A água, assim como a energia elétrica, é um bem público essencial à vida e não pode ser tratada como mera mercadoria. E os lucros da Copasa também são fabulosos. Portanto não se justifica esse pacote de maldades neste momento tão difícil. Não dá para entender essa situação. Tudo caminha muito bem para as empresas, por isso não podemos admitir abusos contra o consumidor. E o pior é que isso acontece contra aqueles que mais precisam, os mais pobres, que passam por dificuldades.

Foram várias as nossas ações. Tenho outras manchetes aqui. O jornal "Hoje em Dia" diz: "Tarifa de água ficará 9% mais cara a partir de 2 de março". O jornal "O Tempo": "Conta de água fica 8,65% mais cara a partir de 1º de março". O reajuste anunciado ontem é o maior desde 2005, quando a alta foi de 11,77%. Em 2008, o aumento médio das contas de água e esgoto foram de 7,56%. Em 2006, o reajuste médio foi de 7,6% e em 2007, foi de 6,72%. No jornal "Estado de Minas", a Copasa anuncia aumento.

No início da minha fala, disse que os consumidores ficaram surpresos com o anúncio do aumento feito pela Copasa, mas, graças à ação à qual demos entrada no Ministério Público, a empresa ficou proibida de reajustar as tarifas, pois, além de os reajustes serem ilegais, porque não obedeceram aos critérios da legislação, para promover aumento, o Estado teria de cumprir a lei federal e criar uma agência reguladora e fiscalizadora do serviço de saneamento básico, que poderia determinar o índice de reajuste. A lei federal é a de nº 11.445, de 2007. Atualmente, o reajuste é determinado pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana. O que significa isso? É colocar a raposa para tomar conta do galinheiro, porque é a própria Copasa que define a planilha, quanto terá ou não de aumentar.

Não há participação da população, não há fiscalização, não há auditoria. E a Lei Federal nº 11.445 determina a criação de uma agência reguladora. Então, é obrigatório haver uma agência reguladora. Vamos verificar também nos Municípios e, se houver aumento no valor da tarifa de água, vamos entrar com ação na Justiça, porque também é necessário haver agência nos Municípios. Pode ser um consórcio, uma agência que fique responsável em âmbito estadual, se o poder municipal assim entender, mas, se não houver agência no âmbito municipal, é proibido aumentar o valor da água. Então, onde houver aumento, se houver companhia municipal, vamos entrar na Justiça também.

Em Uberlândia, já anunciaram que querem aumento no valor da conta de água. Vamos entrar na Justiça, porque lá não existe agência reguladora. Agora houve aumento no valor das passagens de ônibus, o que foi um absurdo, passou para R\$2,20. Ainda não houve licitação, e o valor da passagem de ônibus já aumentou. Então, vamos entrar com ações firmes em todas as cidades. Para aqueles que nos ouvem neste momento, se no seu Município não houver agência reguladora, e o poder público quiser aumentar o valor da tarifa de água, avisem o nosso gabinete, que tomaremos todas as providências legais e possíveis. Só pode haver aumento se houver uma agência reguladora, um órgão realmente independente, com participação popular, para analisar todas as famílias, todos os custos, para assim definir o índice de reajuste.

Já não podemos aceitar isso. O Ministério Público já está atuante, já houve ação civil coletiva, impetrada pelo Ministério Público, em decorrência das irregularidades apontadas nas duas representações apresentadas pelo nosso gabinete à Procuradoria-Geral de Justiça.

Enfim, mais uma vez, quero desejar bom início de trabalho a todos, à imprensa e aos servidores desta Casa. Solicito que o nosso projeto que proíbe a inclusão no SPC e na Serasa do nome do consumidor que não estiver em dia com as contas do serviço público seja apreciado por este Plenário, já que passou por todas as comissões. Vamos torcer para que a liminar não caia, que seja julgado o mérito e não haja aumento no valor da tarifa de água a partir do dia 2 de março.

O Deputado Eros Biondini - Sr. Presidente, Deputado José Henrique, esta é a primeira oportunidade que tenho de subir à tribuna nesta Terceira Sessão Legislativa da 16ª Legislatura que iniciamos neste ano de 2009, para fazer um pronunciamento. Gostaria de cumprimentar os meus nobres pares, os Deputados e as Deputadas presentes, os servidores da Assembléia Legislativa, os amigos que nos acompanham das galerias do Plenário e pela TV Assembléia em mais de 300 Municípios. Aliás, torcemos para que o sinal da nossa TV chegue, em breve, nos 853 Municípios do Estado. Mesmo aproveitando o recesso para visitar as cidades, torna-se impossível estarmos com todas as pessoas que gostaríamos e em todos os Municípios que necessitam da nossa presença. Assim sendo, aproveito esta oportunidade para manter contato com os mineiros, desejando a todos um 2009 de muito trabalho e luta e, conseqüentemente, de bons resultados.

Sr. Presidente, Deputado José Henrique, na pessoa de V. Exa. cumprimento também todos aqueles que hoje compõem à Mesa, desejando-lhes boa sorte na condução dos trabalhos. Cumprimento, especialmente, o Deputado Hely Tarquínio, aqui presente, que, de maneira justa e merecida, agora compõe a Mesa. Quero cumprimentar também os Deputados que voltam e tomam posse nesta Assembléia: Adelmo Carneiro Leão, Carlos Gomes, Tenente Lúcio e nossa querida amiga Maria Tereza Lara, a quem saúdo com carinho.

Sr. Presidente, no final do ano passado, infelizmente não pude subir à tribuna para compartilhar com os demais colegas a satisfação com a aprovação do Projeto de Lei nº 1.957/2007, que trata da assistência às detentas gestantes, lactantes e com filhos na primeira infância. Apresentamos esse projeto de lei em 2007, na Primeira Sessão Legislativa desta 16ª Legislatura. Graças a Deus, ao final de 2008, foi aprovado em 1º e 2º turnos, tendo como relator, na Comissão de Segurança Pública, o nobre Deputado Sargento Rodrigues. Na verdade, foi aprovado na forma do substitutivo que foi apresentado.

Esse projeto se converteu na Lei nº 18.029/2009, que altera as normas de execução penal; depois de aprovada, foi sancionada pelo Governador. Essa lei traz maior assistência às detentas gestantes, àquelas que estão amamentando e com crianças na primeira infância.

Acredito que foi providencial a falta de oportunidade de estar aqui logo depois que o projeto foi aprovado em 2º turno. No dia 12 de janeiro, o Governador Aécio Neves já havia sancionado o projeto, convertendo-o em lei. Além disso, ressalta-se a inauguração do Centro de Referência à Gestante Privada de Liberdade, que vem justamente ao encontro do projeto que apresentamos.

Em um telefonema, o Dr. Genilson Zeferino, Subsecretário de Administração Prisional, falava sobre a consonância, a sintonia entre o projeto de lei que há dois anos tramitava na Casa e que, em virtude de sua importância, foi muito analisado antes de ser aprovado, com a iniciativa e a preocupação do governo de dispor de um centro de referência para receber as detentas de todas as regiões do Estado que se encontrassem em uma das três condições: gestação, amamentação ou com crianças de até um ano de vida.

No último dia 21 de janeiro, 50 detentas chegaram a esse Centro de Referência, localizado na cidade de Vespasiano, às margens da MG-10, onde este Deputado pôde estar presente. Com muita satisfação, pude ver a relação íntima entre o projeto por nós apresentado, que se converteu na Lei nº 18.029, e a iniciativa que já vinha sendo tomada pelo Governador Aécio Neves, o que culminou na inauguração desse Centro de Referência. São 50 vagas, a princípio, com perspectiva de mais 50 a partir de agosto. O Centro representa realmente um grande avanço no sentido da busca da ressocialização e da recuperação das detentas que ali se encontram, oriundas de unidades prisionais dos quatro cantos do nosso Estado. Além disso, no Centro, as crianças que as detentas trazem no ventre, no colo ou de mãos dadas poderão ter contato íntimo com suas mães. Isso proporcionará não só maior humanização, com possibilidade de recuperação mais rápida e fácil das presas, como também o crescimento dessas crianças com mais dignidade. Realmente, esse Centro atende todo o nosso Estado. Ao final de um ano, as mães retornarão para as unidades prisionais de origem e as crianças serão encaminhadas aos cuidados das famílias maternas, que delas cuidarão.

Srs. Deputados, compartilho com V. Exas. de um nobre acontecimento oriundo de um projeto de lei apresentado logo no início da 16ª Legislatura. Trago essa informação a todas as famílias que hoje enfrentam esse tipo de dificuldade. Infelizmente, voltamos ao problema das drogas, uma bandeira que sempre temos levantado, exatamente por sabermos que, na maioria das vezes, as mulheres presas estão, direta ou indiretamente, relacionadas com a grande problemática das drogas, que gera todos os demais tipos de dores, problemas e crimes em nosso meio.

Sr. Presidente, ao falar desse assunto e compartilhar essa realidade, venho tratar da defesa da vida, que não se resume apenas na luta contra o aborto, uma luta que travamos e travaremos sem nenhum descanso e sem baixar a guarda. A defesa da vida é a busca da dignidade humana para os nascituros, para os recém-nascidos, para aqueles que precisam crescer não só em estatura, mas também em saúde, em dignidade e em graça. Esse projeto e essa iniciativa do governo tornam-se uma referência nacional na perspectiva e na busca da reabilitação de pessoas e famílias, com o intuito de não se piorar a situação das mesmas, na medida em que se evita separar mãe de filhos, não permitindo um tratamento inadequado para gestantes privadas de liberdade. Esse Centro realmente será uma grande referência de Minas para todo o Brasil.

Aproveito para parabenizar o nosso Governador Aécio Neves por essa grande realização. A estrutura do Centro tem total condição de promover uma recuperação digna e uma ressocialização das detentas que ali se encontram. Tudo isso vem ao encontro da proposta da Campanha da Fraternidade deste ano, por meio da qual todos nós, cristãos, somos levados a refletir - além de atuar -, de alguma maneira, sobre o assunto. O tema da Campanha da Fraternidade deste ano, que em poucos dias será lançada, é "Fraternidade e Segurança Pública", com o lema "A paz é fruto da justiça".

Justamente entre os oito pontos a serem abordados e estudados por meio da Campanha da Fraternidade, proposta pela CNBB, está a recuperação daqueles que estão encarcerados nas diversas unidades prisionais e até em outras formas de detenção, como, por exemplo, nas comunidades terapêuticas, que recebem pessoas em penas alternativas, e também nas Apacs ou em outros tipos de reclusão. Trata-se da avaliação de todo esse sistema em busca da recuperação da dignidade da pessoa humana.

Hoje percebemos a presença do Legislativo por meio de um projeto de lei que foi realmente muito estudado, discutido e finalmente aprovado e convertido em lei. Mas não podemos nos esquecer da iniciativa do Executivo, paralelamente e em consonância e sintonia com essa proposição, em busca dessa possibilidade.

Finalmente, a Campanha da Fraternidade de 2009, intitulada "Fraternidade e Segurança Pública", vai tratar da violência que assola os quatro cantos do nosso Brasil. Portanto, Sr. Presidente, em oportunidade futura, gostaria de me aprofundar no tema da Campanha da Fraternidade e compartilhar com os nobres pares essa realidade existente hoje, em Minas Gerais, na esperança de que, em breve, essa unidade de referência às gestantes privadas de liberdade, que receberá mulheres de todos os cantos de Minas Gerais, tenha a sua estrutura ampliada, conforme previsto para agosto. Quem sabe até consigamos antecipar essa data, já que o seu limite foi ocupado, isto é, as 50 primeiras vagas disponíveis foram imediatamente preenchidas, na esperança de que mais pessoas sejam acolhidas, assim como seus filhos, naquela estrutura que realmente foi muito bem planejada. Tanto assim que, ao lado da cama da mãe, existe o berço da criança e todo um atendimento odontológico, psicológico e médico-ginecológico para aquelas mulheres que ali estão, o que humaniza a nossa estrutura prisional. Digo "humaniza" porque os quartos que abrigarão as detentas são livres de grades, o que dá a oportunidade de uma aproximação da mulher com seu filho, justamente no momento em que ela está mais sensível e refletindo numa possível mudança que poderá acontecer em sua vida. Isso nos alegra e nos enche de esperança.

Em breve, esperamos que não só essas 50 novas vagas possam acontecer, com o esforço e o empenho redobrado do nosso governo, do Governador Aécio Neves, do nosso Secretário Maurício Campos Júnior e com a atuação sempre marcante do Subsecretário Genilson Zeferino, mas também que ainda tenhamos esse projeto de referência ampliado, para que Minas continue sendo o grande luzeiro para o nosso país.

A Campanha da Fraternidade não se restringe à Igreja Católica, posto que também se faz presente em outras igrejas que comungam com esse projeto. Fato é que ela não se restringe a isso, ou seja, a Campanha da Fraternidade busca a reflexão de todos os homens e mulheres de boa vontade do nosso país, para discutir um tema tão importante e urgente, que é a violência, por meio do tema "Fraternidade e Segurança Pública" e do lema "A paz é fruto da justiça".

Mais uma vez, desejo a todos muita paz e muita luz nesse terceiro ano de mandato legislativo da 16ª Legislatura. Agradeço a V. Exa. o apoio e aos nobres pares o empenho para que o Projeto de Lei nº 1.957/2007, apresentado logo no início da 16ª Legislatura, fosse aprovado com um texto tão bem elaborado e corrigido com o Substitutivo nº 1, do nobre Deputado Sargento Rodrigues. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Leonardo Moreira* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público que nos assiste pela TV Assembléia, em primeiro lugar, gostaria de agradecer aos oradores que me antecederam e aos colegas que aqui estão, concedendo-me a gentileza de escutar este

parlamentar que hoje vive um dia, mas que, com certeza, será também um divisor de águas pelos esclarecimentos que vou prestar a Vossas Excelências.

Um dos ensinamentos, Deputado Tiago Ulisses, que consegui captar ao longo dos anos com minha família e meu pai foi que o nosso nome e a nossa honra são o maior patrimônio que temos. Quando nos tornamos homens públicos, às vezes temos o dever de explicar aquilo que diz respeito tão-somente à nossa intimidade. Por aí temos noção do que é ser um homem público: ele deve explicar todo e qualquer questionamento que venha a pairar sobre sua pessoa.

No dia de hoje, minhas senhoras e meus senhores, fomos surpreendidos por uma notícia veiculada no "Estado de Minas" que mostrava uma propriedade - minha propriedade, diga-se de passagem, com muito orgulho fruto de muito trabalho, seriedade e anos de labuta - sob o título: "R\$58 Milhões Mal-Assombrados". Passo, agora, a dar minha explicação a Vossas Excelências, o que acho muito necessário. Aliás, por diversas vezes, aos repórteres que me procuraram neste dia perguntando-me se isso estava me causando constrangimento ou irritação, disse que não; que tantas e quantas vezes for chamado a explicar e a falar sobre o tema, eu o farei. Há um ditado tão antigo quanto andar para frente: quem não deve não teme.

Gostaria de começar referindo-me à notícia que o "Estado de Minas" publicou hoje e em que afirma: "O Deputado Federal Edmar Moreira, escolhido para zelar pela ética na Câmara, precisa explicar por que não declarou à Justiça Eleitoral um suntuoso castelo a 70km de Juiz de Fora". Vai além e mais adiante pergunta por que o Deputado Estadual Leonardo Moreira também não declarou esse patrimônio na sua prestação de contas quando da campanha eleitoral.

Outra notícia inverídica, que eu gostaria de corrigir, é sobre esses R\$58.000.000,00. Quisera Deus que fossem realmente R\$58.000.000,00. Por que não? Mas a primeira correção que faço aos nobres pares, às senhoras e aos senhores, refere-se ao fato de esse grande veículo de comunicação começar sua matéria com o título: "Castelo com Dinheiro Suspeito". Quando esse respeitado e conceituado jornal assim inicia sua matéria, pesa sobre ele o fato de não ter conhecimento de que o Deputado Federal Edmar Moreira, desde a década de 70 e por mais de 40 anos, era empregador de mais de 10 mil funcionários em sua empresa. Com certeza, o jornal percebeu isso, até porque o título da matéria é diferente do que está escrito. O próprio jornal fala: "A prosperidade financeira do Deputado Edmar Moreira tem lastro. Desde 1983, ele explora um dos ramos de negócio que mais cresce no país - a segurança privada".

Essas empresas, que funcionaram por quase 40 anos, tiveram suas atividades encerradas em 2007.

Minhas senhoras e meus senhores, Deputado Eros Biondini, com certeza o castelo não poderia constar na declaração de Imposto de Renda do Deputado Edmar Moreira, até porque não é de sua propriedade há mais de 15 anos. Ocorreu, sim, um gesto que repudio. Ora, há 15 anos o castelo não pertence ao Deputado Edmar Moreira e consta na minha declaração de Imposto de Renda, que, aliás, está disponível no "site" da Justiça Eleitoral. Se esse grande veículo de comunicação ainda não tomou conhecimento disso nem sabe que o castelo está construído em uma zona rural, aconselho-o a ler melhor a declaração de Imposto de Renda antes de achincalhar um homem público que não vai abrir mão de defender o seu nome e a sua honra. Desde o momento em que foi doado, em 1993, esse imóvel encontra-se declarado nas declarações de Imposto de Renda minha e de meu irmão. Já que o homem público deve ter sua vida achincalhada e escancarada por matérias, às vezes irresponsáveis, digo que foram aproximadamente R\$7.000.000,00.

Deputado Gustavo Valadares, faço uma ressalva: a construção a que eles se referem foi iniciada em 1983, há 26 anos, e foi finalizada em 1990. Portanto, nem o Deputado Edmar Moreira nem o Deputado Leonardo Moreira eram nem sequer, postulantes a algum cargo público. Isso é muito importante.

Já que estamos na devassa da intimidade dos Deputados Edmar Moreira e Leonardo Moreira, já que essa família foi achincalhada hoje, vamos aos pormenores. Por que construir um castelo? A Deputada Maria Lúcia e o Deputado Gustavo Valadares sabem que a Zona da Mata mineira é carente de desenvolvimento na economia. Em 1993, o então empresário Edmar Moreira procurava fazer um investimento que estimulasse o desenvolvimento econômico e a geração de emprego e renda na região. O que faríamos para desenvolver o turismo nacional ou até internacional na região? Se construíssemos naquela localidade um hotel luxuoso, com as mesmas características dos que estão espalhados pelo País, que diferencial poderíamos oferecer? Falo isso para suprir essa necessidade desvairada de alguns em saber o porquê da construção desse castelo, que foi finalizado em 1990, antes de o Deputado Edmar Moreira postular qualquer cargo público.

E mais do que isso, muito mais, ela hoje ainda é uma construção inacabada. Pasmem, minhas senhoras e meus senhores, além de ofenderem a integridade de minha mãe, sobre o que me absterei de fazer qualquer tipo de declaração ou procedimento, foram mais longe, falaram que o Deputado Edmar Moreira teria construído o castelo com a finalidade de ser um cassino. Ora, minha gente, não existe legislação em nosso país que preveja a hipótese legal de se ter um cassino naquela localidade, e em localidade alguma de nosso país. Se o fizéssemos, estaríamos agindo com um pouco de desinteligência, porque todos sabemos que cassino hoje possui 100, 200, até mil acomodações. A ideia original, como sempre foi, era construir um hotel naquela localidade. Que cassino seria esse com 36 habitações? Só se for o cassino, com todo o respeito, da mãe Joana.

Deputado Getúlio Neiva - pela sua história de vida, pelo que pude observar de sua atuação na República, em momentos decisivos para o nosso país, pelo que vi de sua trajetória, pelo que passou e pelo que nos ensina no nosso dia-a-dia -, fico profundamente decepcionado porque temos de defender sempre a liberdade de imprensa, mas, assim como defendemos a liberdade de imprensa, deveria existir a responsabilidade na imprensa pelo que publica. Curiosamente, o ato que estamos querendo praticar é tão escondido, Deputado Vanderlei, que o castelo se encontra anunciado, há mais de 10 anos, em mais de 30 imobiliárias. Que gesto escondido, Sr. Presidente e Deputado Eros Biondini? Certamente pesa o fato, e não posso deixar de declarar, mais uma vez, nesta tribuna, de que a primeira notícia relativa ao Deputado Edmar Moreira, curiosamente, já com o castelinho do lado, foi num jornal de São Paulo. Fica aqui a pergunta, porque estive naquela tribuna há poucos dias: a eleição do Deputado Edmar Moreira, que colocou o terceiro mineiro na Mesa diretora da Câmara dos Deputados, representou um contraponto ao poder legítimo que os paulistas querem ocupar na sucessão presidencial. Pode ser coincidência, mas o jornal paulista foi o primeiro a publicar essa notícia.

O Deputado Gustavo Valadares (em aparte)* - Deputado Leonardo Moreira, serei breve, até porque, após meu aparte, tenho certeza de que V. Exa. também concederá um aparte ao nosso grande orador, Deputado Getúlio Neiva, que terá, sem dúvida, de uma forma mais brilhante, condições de prestar solidariedade a você, a seu pai e a sua família. Acredito que falo aqui em nome do nosso Partido, o Democratas, dos seus colegas parlamentares estaduais, que têm consciência. O que deixa claro a transparência e a responsabilidade de homens públicos como você e seu pai é um fato que V. Exa. já comentou: o castelo acabou de ser construído e foi concluído em 1990.

O pai de V. Exa. não pensava em pleitear um cargo de representante do povo de Minas Gerais na Câmara Federal, muito menos V. Exa., na Assembléia Legislativa.

Desde 1990, ou seja, há 19 anos os senhores possuem aquela propriedade. Tenho certeza absoluta de que isso que está ocorrendo, que foi injustamente estampado hoje na primeira página de alguns jornais, nada mais é do que a incômoda vitória - aliás, incômoda para alguns e brilhante para nós, mineiros - que o pai de V. Exa. obteve na Câmara Federal, na última segunda-feira.

Serei breve para deixar-lhe aqui o meu abraço e, certamente, o dos demais parlamentares desta Casa, em especial dos companheiros do Partido Democratas. Pode ter certeza de que estaremos sempre ao lado de V. Exa. e do seu pai, pois conhecemos a história dos senhores nessa luta constante e árdua na defesa dos interesses do povo do nosso Estado. Parabéns a V. Exa.! Não se deixe abater por situações como essa. Isso passa e o que permanecerá é a luta, a determinação na defesa do povo mineiro.

O Deputado Getúlio Neiva (em aparte) - São Paulo não perdoa Minas! No ano passado, já assistimos a esse filme. Denunciamos aqui, várias vezes, a tentativa de São Paulo denegrir a reputação dos políticos mineiros com o claro objetivo de reforçar a possibilidade de continuar no poder central. É lamentável! Todos os políticos mineiros estão sendo literalmente perseguidos, na tentativa de diminuir o nosso poder de fogo, já que há a possibilidade de um mineiro ser candidato à Presidência da República.

Esse é o primeiro aspecto. O segundo é um depoimento, Deputado Leonardo Moreira. Estive no castelo em 1990. Fui uma das pessoas que convidaram seu pai para ser candidato a Deputado Federal naquela oportunidade - aliás, ele nem sonhava em ser candidato. Foi um homem que trabalhou duro, ganhou muito dinheiro em São Paulo com suas empresas, dedicou-se, durante a vida inteira, a prosperar. Parece que, no Brasil, todos podem prosperar, exceto no momento em que entram na política. Não podem mais trabalhar nem ganhar dinheiro, têm de ficar pobrezinhos, submetidos ao jargão impiedoso: "Todo político é safado e ladrão".

Perdoe-me a expressão, Deputado Leonardo Moreira. O meu testemunho, como o do Deputado Gustavo Valadares, é de que conhecemos a história da sua família, seu pai, V. Exa. e o trabalho que os senhores realizaram. À guisa de esclarecimento, diremos: a fazenda onde está localizado o castelo está declarada no Imposto de Renda - aliás, consta nas declarações de seu pai, quando foi candidato a Deputado Federal. Nunca soube que há a necessidade de alvará municipal para a construção de um prédio na fazenda - uma casa pequena, de 10 andares. Nunca houve a necessidade de alvará municipal para construir uma casa de fazenda. O seu pai preferiu fazer uma grande construção bonita, linda, que, aliás, conheço. É uma honra para a região da Zona da Mata saber que alguém fez um grande investimento com o nobre objetivo de gerar emprego para o povo. É lamentável que isso descambe somente porque o Deputado Federal Edmar Moreira e o Deputado Estadual Leonardo Moreira cometeram um crime: tentar defender o povo de Minas Gerais no Congresso Nacional e na Assembléia Legislativa. V. Exa. e seu pai cometeram o grave erro de deixar de ganhar dinheiro para trabalhar com política, para gastar dinheiro com política, a fim de fazer o bem para o povo da nossa terra. Esse é o crime que todos cometemos.

Estou aqui para dar o meu testemunho, pois conhecemos a obra, bem como seu pai e sua família. Sabemos que todos os senhores sempre tiveram uma vida reta, de muito trabalho. Devemos orgulhar-nos de quem prospera neste país, onde o governo impõe todas as dificuldades aos empreendedores.

Parabéns pelo pronunciamento. Certamente o jornal "Estado de Minas" haverá de reconsiderar essa matéria, que não passa de uma cópia daquilo que foi feito em São Paulo, sem entender que se trata de desmerecer o valor de mais um mineiro na Mesa da Câmara dos Deputados. Essa é a tentativa. São Paulo não perde uma só oportunidade de tentar reduzir o valor de Minas, pois Minas tem um provável Presidente da República.

O Deputado Leonardo Moreira* - Gostaria de agradecer as palavras do nosso decano, do nosso professor, Deputado Getúlio Neiva; gostaria, ainda, de agradecer, de coração, as palavras do nobre Deputado Gustavo Valadares. Encerrando, senhoras e senhores, com muito orgulho gostaria de mostrar novamente a foto do jornal "Estado de Minas" e dizer que substituo o título "mal-assombrado" por "feito com trabalho, honestidade, seriedade, carinho e com o fruto de uma vida dedicada a servir". Meus amigos Deputados e Deputadas que nos escutam, também quero dizer, mais uma vez, que o imóvel se encontra em meu nome, com muito orgulho. Digo que é meu e ninguém tasca, pois foi fruto de trabalho e honestidade. Não tenho nada a esconder, e quem não deve não teme. É meu, com orgulho, declarado há mais de 15 anos no meu Imposto de Renda.

Minhas senhoras, meus senhores, Deputado Tiago Ulisses, se, para defender os interesses de Minas no Congresso Nacional ou na Assembléia Legislativa, tivermos de passar por esses desatinos, iremos passar, com muito prazer. Como disse há poucos dias, de minha filiação partidária vem a confiança e a honra do povo que me elegeu Deputado. Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Getúlio Neiva - Sr. Presidente, Srs. Deputados, primeiramente gostaria de remontar ao discurso do Deputado Leonardo Moreira para dizer que o maior jornal americano e o maior da Inglaterra envolveram-se num episódio interessante, pois noticiaram o falecimento de uma pessoa que não havia morrido. Essa pessoa procurou o jornal para desmentir a notícia, mas o jornal lhe disse, simplesmente, que ela teria de morrer, pois não podia afirmar o contrário do que dissera antes. Espero que em Minas não aconteça isso, e sim que a notícia possa ser desmentida. A propriedade de Edmar Moreira e de seu filho Leonardo Moreira já existia antes de ambos ingressarem na política.

A minha presença aqui, Sr. Presidente, é também para cumprimentar a Deputada Elbe Brandão, Secretária Extraordinária para Desenvolvimento do Norte de Minas, Mucuri e Jequitinhonha, pelo lançamento do livro "Diálogos Sociais", no qual vários cientistas sociais e luminares da cultura mineira apresentaram um diagnóstico profundo das regiões do Mucuri, Jequitinhonha e Norte de Minas. Nesse documento, vemos algumas coisas muito interessantes que mostram, entre um Município e outro, a diferença de produtividade na agricultura e a diferença de oportunidades na infra-estrutura logística. De toda essa análise, verificamos alguns aspectos históricos interessantes, por exemplo: o Idene nasceu da extinção da Codevale e da Sudenor, mas não teve os recursos financeiros que essas entidades tiveram. Os recursos disponíveis para a Sudenor e os recursos disponíveis para a Codevale, se juntados e entregues ao Idene, tornariam este um organismo muito forte. Mas, para remontar também aquilo que não encontrei no livro, o que consta na Constituição mineira, anterior à Constituição de 1989... A Codevale dispunha de 0,5% do orçamento global do Estado. Se esse dinheiro tivesse sido liberado, seria suficiente para reduzir as desigualdades e equiparar um pouquinho aquela região às demais regiões de Minas Gerais, mas nunca foi aplicado.

O livro sugere a criação de um fundo de desenvolvimento dessa região. O governo federal, há mais de três anos, vem discutindo a necessidade da criação de um fundo para reduzir as desigualdades regionais, o que também não sai do papel. Aqui, da tribuna desta Assembléia, várias vezes vimos Deputados falarem da possibilidade da criação de um fundo. Eu também endosso essa possibilidade. Endosso, aliás, como disse aqui em outras oportunidades, que o governo do Estado abra mão de 1% ou 2% da sua cota de ICMS, dos 75% que aufera, para formar o fundo, para criar essa oportunidade.

Algumas coisas importantes têm sido feitas. Vejo aqui neste opúsculo, muito bom, um levantamento completo da situação da nossa região. Mas um aspecto que nos preocupa é que tudo aquilo que tenho dito a respeito do Vale do Mucuri, do Vale do Jequitinhonha, do Norte de Minas não se traduz em ação efetiva de governo. Visitei toda a região, e, passando pela BR-116, entrando por Pedra Azul, por Medina, adentrado Almenara, vemos, às margens das estradas, várias empresas de granito. São 400 carretas que desembocam por dia no entroncamento da BR-418 com a BR-116, em Teófilo Ottoni, parte indo para o Espírito Santo via Estrada do Boi, parte indo para Valadares seguindo pela Estrada de Ferro Vitória-Minas, em direção também ao Espírito Santo. E não vi, até hoje, a preocupação do governo federal em criar soluções que não sejam apenas a ponte de Itinga, que foi construída. A grande promessa era fazer essa ponte ligando 200 casas de um lado a mais 200 casas do outro lado. E todos pensam que foi o Lula que fez a ponte, quando foi a Vale do Rio Doce. E para que a Vale do Rio Doce fez a ponte? Para obter a concessão de uma lavra de minério radioativo existente naquela região, na virada de Itinga para Medina.

Deputado Gustavo Valadares, conversando com Prefeitos, Vereadores, políticos daquela região, vemos a preocupação das nossas lideranças em buscar soluções um pouco mais objetivas. Se tivéssemos, por exemplo, a ligação asfáltica de Pedra Azul a Almenara e conseguíssemos completar os pouco mais de 40km que restam para asfaltar o trecho em direção a Salto da Divisa e Bahia, teríamos um roteiro turístico fantástico. Todo o Centro-Oeste passaria a visitar as praias do Sul da Bahia através daquela estrada, deixando ali um rastro de desenvolvimento para a região de Salinas, Janaúba, Pedra Azul, Almenara, Salto da Divisa, Santo Antônio do Jacinto. Todas essas cidades seriam beneficiadas. Ao longo de muito tempo, tem-se falado a respeito dessa estrada que liga Salto da Divisa à Bahia, e até hoje não houve resultado. Agora vamos incitar outra campanha para que essa ligação seja feita. O asfalto também liga Almenara a Pedra Azul, o que facilitará o tráfego do Centro-Oeste para a região do Sul da Bahia.

Outra preocupação estratégica naquela região, como mostra aqui de forma clara o opúsculo "Diálogos Sociais", da Sedvan, é a falta de estrutura viária, a falta de estrada de ferro. Tanto tenho combatido desta tribuna e ao longo da minha vida pública a falta de ligações pequenas. Água Boa, por exemplo, não se liga a Malacacheta.

Duas semanas atrás, um bueiro foi levado pelas águas, e a BR-116, que liga o Brasil de norte a sul, ficou interrompida. Não tínhamos outra opção, pois também não se passava de Malacacheta para Água Boa. Não se entende que, quando se ligou Salinas à BR-116, 20% do tráfego deixou de chegar a Teófilo Otôni e diretamente à Estrada do Boi, BR-418. Não se discute, não se conversa sobre o fato de que faltam apenas 14km de asfalto para ligar Ataléia a Ecoporanga, no Espírito Santo, em rodovia asfaltada. Temos de começar a olhar essas questões.

A Sedvan fez um bom trabalho, mas é preciso que ele tenha um respaldo aqui, na Assembléia, de nós, que representamos aquela região, e de tantos Deputados companheiros nossos que lá também têm os seus votos, a fim de que possamos pedir ao Estado que se repense a estrutura viária dos Vales do Mucuri, do Jequitinhonha e do Norte de Minas. Em Pedra Azul, as pessoas sonham com a ligação asfáltica com Almenara e também de Salto da Divisa com a Bahia, para que aquela região se transforme num roteiro turístico. Temos lá não apenas as cachoeiras, as pedreiras, as rampas para "rappel", as estruturas possíveis para o turismo, mas também temos um povo que precisa produzir e levar o seu produto até o mar para ser exportado. A grafita produzida em Pedra Azul, e hoje produzida também em Salto da Divisa, é levada de caminhão. Não há uma estrada de ferro para levar a mercadoria pesada produzida. As 400 carretas por dia estão danificando as estradas do Processo construídas pelo governo do Estado. As toneladas e toneladas de granito que saem atrapalham a estrada, mas são necessárias para o desenvolvimento da nossa região. Em Medina, temos mais de 1.500 pessoas trabalhando só na área do granito. Muitos não dão importância a isso, mas para nós é importante. São Jazidas que vão de Monte Formoso, próximo de Padre Paraíso, até a divisa da Bahia. De um lado e do outro da estrada, há uma produção fantástica que ainda está pouco explorada por falta de uma ferrovia, mas, sobretudo, por falta de uma visão de negócios. Ora, temos na região de Porteirinha, Rio Pardo, próximo a Montezuma, jazidas de minério de ferro, cujas pesquisas de lavras foram requeridas por 11 empresas diferenciadas. Já trabalhei com o Dr. Sérgio Dâmaso no DNPM. Conseguimos conversar com essas pessoas, e várias dessas jazidas já foram agrupadas numa só pesquisa da Votorantim, que está preparando um projeto para a exploração de minério de ferro em Porteirinha. Mas ninguém ainda se propôs a estabelecer esse ajuntamento de informações do grande volume de granito que é produzido, do minério de ferro que pode ser exportado, da grafita de Pedra Azul e de Salto da Divisa, do caulim de Padre Paraíso. Além disso, há o calcário de Poté, que pode servir a um grande projeto de reflorestamento de todo o Nordeste mineiro e de todo o Norte de Minas. Vemos que as pessoas não se preocupam com a riqueza.

Nesse livreto que tenho em mãos, há uma informação interessante. Na microrregião de Araçuaí, 57% de todo o seu produto econômico deriva do granito. Vejam bem, 57% da economia da região de Araçuaí deriva da exploração do granito. Não é importante para Minas Gerais o nosso granito? Conheço um pouco das pedras ornamentais e do granito da Bahia. O Estado tem um catálogo maravilhoso, um projeto fantástico de incentivo à exploração de todas as suas jazidas de granito exportadas para todo o mundo.

Sabemos muito bem que o governo tem muitos problemas para enfrentar, que a crise econômica e financeira internacional está aí e que é preciso repensar as questões. Mas, enquanto repensamos a realidade do hoje, é preciso lembrar que os resultados do governo Lula devem muito aos 12 anos de crescimento da economia internacional. Foram 12 anos consecutivos de crescimento da economia internacional. Agora a economia começou a entrar em colapso, como se fosse "crack" de 29, da Bolsa de Nova Iorque, sentimos que há uma dificuldade do próprio governo em relação à crise. Sabemos muito bem que parte da crise é psicológica, e que o Presidente está tratando dessa área muito bem, fazendo 5, 6, 10 discursos por dia, tentando mostrar às pessoas que é preciso continuar acreditando, que as coisas vão melhorar, que o Brasil não se sairá mal. Isso é muito bom, mas com os pés no chão.

Se não tivermos, por parte dos governos federal e estadual, um projeto macroeconômico para desenvolver o sistema logístico do Norte e do Nordeste de Minas, 37% do território mineiro continuará na mais absoluta dependência da esmola e da ajuda dos governos.

Deputado Gustavo Valadares, nós que lidamos na política há tanto tempo não nos resignamos com esmola. Não podemos continuar a aceitar esmola de governo. Há necessidade da criação de um fundo? Sim. Realizações têm sido feitas? Sim. Para ser justo, devo destacar que o governo Aécio Neves conseguiu uma vitória, ao criar a Copanor - e trabalhamos para isso em todo o ano de 2007 aqui, na Assembléia. E ainda, ao estabelecê-la em Teófilo Otôni, conseguimos outra vitória: a garantia a mais de 600 localidades - com mais de 200 pessoas e cidades até 5 mil habitantes - de que, no período máximo de três anos, possam receber rede de esgoto e água tratada.

Há também uma grande vitória deste governo. Dos 33 novos Municípios incluídos no Programa Travessia, e trabalhamos duro para isso na Assembléia, o Deputado Gustavo Valadares participou dessa luta - Nondas, para você falar ao pessoal de Pedra Azul -, já conseguimos incluir 27 Municípios do Mucuri e do Jequitinhonha. No Programa Travessia, os recursos são da ordem de R\$184.000.000,00, o que dá uma média de investimento de R\$5.000.000,00 para cada um desses 27 Municípios beneficiados. Lamento que Pedra Azul não tenha conseguido entrar, pois não conseguimos entender-nos com o Prefeito. Não conseguimos incluir algumas cidades com as quais não conversamos.

Peço vênua ao Sr. Presidente para continuar por mais 2 minutos, a fim de concluir o raciocínio. Então não há como levar empresário para aquela região, embora Teófilo Otôni tenha uma ZPE em fase de instalação, faltando ainda o decreto de "alfandegamento" do governo do Estado e a criação do Conselho Nacional das ZPEs, que apreciam os projetos. Não há como pensar em levar o empresário. A empresa não vai sem o empresário ir antes. O empresário precisa ter o aeroporto para chegar lá, o Márcio Fagundes sabe disso. Temos de ter aeroporto.

E a boa notícia que temos de dar à nossa região: os estudos e os projetos de Nanuque e de Almenara já estão prontos no Proer. Obras devem começar ainda no final deste ano. Os estudos e o projeto para a reforma do aeroporto de Teófilo Otôni já estão prontos. Também o aeroporto de Águas Formosas já está incluído no Proer, e estudos estão sendo feitos. E a reforma do aeroporto de Araçuaí também. O governo de Minas tem feito a sua parte.

Queremos dizer que o Governador Aécio Neves, pela sua competência e capacidade, pode ousar mais ainda, chamando às falas o governo federal para dar a essa região um pouco mais de atenção. Somente agora, depois de mais de 10 anos, está sendo liberada uma licitação para a recomposição do piso da BR-116, do trecho de Padre Paraíso à Bahia. Agora que a licitação está saindo. Vamos recompor todo o piso dessa estrada, mas é preciso que tenhamos, do governo do Estado, especialmente da Secretaria de Indústria e Comércio, uma visão um pouco maior da logística daquela região. É preciso que se dê mais atenção a esse aspecto, porque os Prefeitos, os Vereadores, as lideranças daquela região, estão ávidos por um impacto diferenciado, além do que está sendo praticado pelo Governador Aécio Neves.

É preciso reconhecer que o Governador Aécio Neves tem feito muito mais pela região que todos os Governadores do passado, mas é preciso que enxerguemos um pouco mais. Acredito que ele tem competência para isso, pode fazer isso. Se quiser, poderá, de fato, transformar o Vale

do Mucuri, o Vale do Jequitinhonha e o Norte de Minas. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Vanderlei Jangrossi* - Sr. Presidente, nobres Deputados, caros telespectadores da TV Assembleia, nesta tarde ouvimos vários assuntos. Primeiramente, mostro a minha indignação em relação à veiculação de assunto referente ao nosso querido companheiro Leonardo Moreira. Infelizmente, são poucas as pessoas do veículo de informação que buscam a fundo saber o que de fato ocorre para propagar a notícia, o que é muito diferente do nosso trabalho, do trabalho da TV Assembleia.

Tenho conversado com jornalistas desta Casa, e todos eles entendem como é diferente e interessante o trabalho desta Casa. O trabalho desta Casa não fica apenas no trabalho do Plenário, vai além, muito além das discussões que aqui ocorrem. Mais importante ainda é o trabalho que é realizado nas comissões. O trabalho das comissões tem o papel fundamental de levar o conhecimento e esgotar, de fato, todas as discussões de todos assuntos, para que os projetos que chegam a esta Casa venham a Plenário e sejam aprovados depois de muito discutidos. E o trabalho dos parlamentares não fica apenas em apresentar projetos de lei. Vivemos num país, nobre Presidente, onde existem muitas leis, muitos projetos. Há tantos projetos de lei que é difícil saber a qual obedecer - um tenta cobrir o outro, melhorar o outro. São tantos projetos que não precisamos de mais, mas, sim, de melhorar os que existem e fazer valer o que está aí, o que está na Constituição. Já existem projetos que procuram adequar o sistema às ordens no nosso Estado.

Há também as discussões de assuntos de interesse da população. Um exemplo disso é o trabalho da nossa Comissão, Deputado Padre João, que, modestia à parte, teve uma atuação muito importante nesses dois anos. Foi uma das comissões que trouxe mais gente a esta Casa, que levantou discussões muito interessantes, como a respeito do azeite. O primeiro azeite extravirgem produzido no Estado de Minas Gerais, aliás, no Brasil, foi em Maria da Fé, no ano passado. No ano passado, trouxemos a discussão sobre o leite e a situação do produtor. Graças a Deus, nobre Deputado, por causa das discussões, vimos que começou, no dia 20 do mês passado, nos veículos de comunicação, a divulgação sobre o consumo do leite, incentivando as pessoas a consumirem mais leite. Foi uma das reivindicações dos produtores de leite, e já conseguimos atendê-la. Foi feita uma emenda ao Orçamento, e começou a divulgação da importância do nosso trabalho, mostrando que o trabalho do parlamentar não fica apenas em apresentar projetos de lei. É discriminação falar que os parlamentares têm baixa produtividade porque não apresentam um projeto de lei; é falta de conhecimento e de entendimento do que é, de fato, o trabalho do parlamentar. O parlamentar não fica apenas apresentando projeto de lei, senão seria muito simples; bastaria dizer para algumas pessoas: "Façam um monte de projetos aí". Nós os apresentamos, eles são aprovados e pronto. Aumenta-se a produtividade do parlamentar porque ele apresentou projeto de lei. Não, não é apenas isso, Deputado Padre João. Assim como V. Exa., Deputado tem trabalho de base; o Presidente, Deputado Gustavo Valadares, também tem trabalho de base - e trabalhos importantes na questão do transporte, da educação, dos direitos do consumidor -; há os trabalhos com direitos humanos, saúde e muito mais. Não se restringe apenas a isso. Esta também é a minha indignação, e gostaria que as pessoas que fazem as pesquisas pesquisassem, de fato, o que é o trabalho do parlamentar antes de publicar e dizer que não temos produtividade. Realmente temos trabalhado muito.

Sr. Presidente, antes de terminar, não poderia deixar de parabenizar o IMA, até porque, em Minas Gerais, temos 97% do nosso rebanho vacinado, fruto de um excelente trabalho que foi realizado pelo IMA, mostrando a eficiência que existe em nosso Estado. Temos preocupação em trazer qualidade para o nosso produto. Parabenizamos o Sr. Altino Rodrigues Neto, Diretor-Geral do IMA, que está à frente desse trabalho. Parabéns ao IMA e a todos os outros órgãos competentes do nosso Estado, que mostram que é um Estado de grande produtividade, com qualidade e eficiência, o que indica que superaremos até mesmo a crise que vemos por aí agora. No nosso Estado, com certeza, mostraremos como superar os problemas com produtos de qualidade e com eficiência. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Padre João - Sr. Presidente e colegas Deputados e Deputadas, antes de entrar no assunto que me motivou a inscrever-me, agradeço aos companheiros da Bancada do PT por confiarem à minha pessoa a Liderança da Bancada do PT. Sei que é um grande desafio, uma grande responsabilidade. Creio que todos conhecem a realidade. Saimos da eleição municipal de 2008 com divergências ou pelo menos opiniões bem diversificadas dentro da nossa própria Bancada, sobretudo em relação a Belo Horizonte. Estamos muito confiantes em que, num primeiro momento, teremos essa unidade da Bancada, o que é muito importante para o nosso trabalho. Confiamos nessa unidade, com a consciência de que o nosso mandato pertence ao partido. Desde que o PT foi criado, há 29 anos, já tínhamos essa consciência de que qualquer mandato é do partido.

Só a partir do ano passado, houve uma consciência mais coletiva, quase um consenso de o mandato pertencer ao partido. O PT é o único partido do Brasil que faz eleições diretas para escolha de sua direção. Já realizamos três grandes congressos, uma instância de deliberação maior. Uma das deliberações do III Congresso de Minas Gerais foi de que o PT estaria em oposição ao atual governo do Estado. Temos o dever de cumprir essa deliberação, com responsabilidade. Devemos fazer oposição em sintonia, integrados em toda a sociedade, por meio dos movimentos sociais, dos sindicatos e dos servidores públicos.

Com esse espírito e com essa confiança, assumimos a Liderança da Bancada do PT. Nosso espírito é o de servir, da melhor forma, dedicando nossa vida à política. Somos bem pagos para isso. Queremos e vamos servir da melhor forma, contando com a participação ativa e efetiva de cada companheiro da Bancada e também do camarada Deputado Carlin Moura, do PCdoB, que sempre está conosco, somando esforços e dando-nos sua contribuição, que é sempre muito importante.

Sr. Presidente, a grande razão que me trouxe a esta tribuna é a de lamentar o falecimento do grande companheiro Deputado Federal Adão Pretto, do PT do Rio Grande do Sul, ocorrido nesta quarta-feira, pela manhã, precisamente às 7h50min, em Porto Alegre. Ele já estava internado em estado grave, no Centro de Terapia Intensiva, no Hospital Moinhos de Vento, onde foi submetido a uma cirurgia para retirada do pâncreas. Nossa Bancada quer externar seu sentimento de solidariedade aos familiares e a todos da família do PT. O Deputado Adão Pretto dedicou toda a sua vida à luta social, sobretudo pelo direito à terra. Seu corpo está sendo velado na Assembléia Legislativa de Porto Alegre, e seu sepultamento será amanhã.

Estive em Sarandi, Município do Rio Grande do Sul, onde nasceu o PT. O Deputado Adão Pretto foi, no último dia 21, homenageado nessa cidade, embora já estivesse internado. Ele sempre se dedicou aos movimentos sociais e apoiou a luta das mulheres. Seu trabalho extrapolou as fronteiras do Brasil, ao levar sua contribuição a vários países da América Latina. Diversos projetos de lei do Deputado Adão Pretto estavam voltados para a agricultura familiar. Alguns forneciam instrumentos que fortaleceriam a agricultura, como seguro, subsídios no caso de importação e redução de certos impostos quando da aquisição de instrumentos importantes para a lavoura. Toda a sua trajetória buscava garantir a qualidade de vida para os menos favorecidos do campo, pelos quais tinha carinho especial.

Também é importante destacar tratar-se de uma pessoa que não teve oportunidade de estudar, mas mesmo assim ele publicou três livros, dando a sua contribuição no que diz respeito aos direitos dos cidadãos. O que se destaca é justamente isto: uma pessoa que não teve oportunidade de fazer um curso, estudar, mas que exerceu mais de cinco mandatos, como Deputado e publicou três livros. Isso demonstra a sua inserção nos movimentos sociais, nas lutas do dia-a-dia, o que o capacitou e o habilitou não só a conseguir espaço para ser visto, como também para mandatos, tanto na Assembléia Legislativa, quanto na Câmara dos Deputados. Ele ainda conseguiu socializar por meio dessas publicações. Assim sendo, é com pesar que comunicamos o falecimento do grande companheiro Deputado Federal Adão Pretto.

Sr. Presidente, no tempo que ainda me resta, gostaria de salientar o esforço - embora haja alguns Deputados que não conseguem enxergá-lo - do governo federal em relação à crise. Não se trata de marolas, como alguns têm dito, para ridicularizar o nosso Presidente. É reconhecido por

revistas, até mesmo dos Estados Unidos, o fato de que, entre os países emergentes, o Brasil é um dos que melhor se prepararam para enfrentar a crise, em todos os setores, apesar do perverso modelo reinante.

O modelo econômico de todo o sistema não favorece a distribuição de renda, ou seja, é o modelo da concentração de renda, nas mãos de uma minoria quase que absoluta. Na verdade, a crise vem mostrar a fragilidade desse modelo, mas ainda assim o nosso governo se preparou para enfrentá-la. Sabemos da importância de alguns ajustes, que são urgentes e que têm de ser feitos, mas o Presidente Lula está ao lado de uma grande mulher, que é a Ministra da Casa Civil, a Sra. Dilma Rousseff, que tem dado uma grande contribuição, não só fortalecendo o próprio governo, mas também dando condições aos governos dos Estados e dos Municípios, de não pararem com as obras e com os programas sociais.

O Estado realmente tem dado a sua contribuição, mesmo quando alguns Estados e também muitos Municípios deixam de fazer a sua parte, por exemplo quando não celebram convênios indispensáveis com o governo federal. Basta lembrarmos o problema do piso salarial da educação. Aliás, existem alguns Estados que até hoje não fizeram esse ajuste com o governo federal. É um dinheiro que proporcionaria um salário mais justo aos professores, mas que está sendo negado.

Em relação às obras, sobretudo as do PAC, existem muitas delas que poderiam estar sendo executadas, mas que ainda não o foram, ou por culpa de alguns órgãos que vêm amarrando o processo, ou devido à ausência de projetos bem-feitos.

Apesar dos empregos que poderiam estar sendo gerados nos Municípios e de toda a movimentação econômica que seria promovida, garantindo a qualidade de vida - ou seja, atingindo também, no sentido positivo, a questão social -, isso tem sido negado. Mas não é por falta de vontade ou de iniciativa do governo federal, que vem fazendo a sua parte. Creio que o povo vem reconhecendo isso, uma vez que o Presidente Lula bate o recorde de popularidade e aceitação. Aliás, a aprovação não é só à sua pessoa, mas também ao governo. Não se trata somente de termos no Brasil o maior programa de distribuição de renda do mundo. Não é só isso; temos aqui ações estruturantes que levam o povo brasileiro a conceituar o governo e o Presidente Lula.

O nosso apelo, então, é para aqueles que estão assumindo os governos no âmbito dos Municípios. Lembro que o Presidente Lula fará, na semana que vem, ao que me parece, um encontro com todos os Prefeitos do Brasil, para mostrar-lhes que eles também têm a responsabilidade de dar sua contribuição no combate à crise. Eles podem fazer isso e têm, mais que esse papel, essa missão, que lhes foi confiada pelo povo. Eles podem sim, em sintonia com os governos federal e estaduais, dar sua contribuição, formando uma rede. Dessa forma e com essa sintonia, o Brasil pode ficar ainda mais forte e fazer com que a crise tenha o menor impacto possível. Aliás, encerro dizendo que, se tiver de haver algum impacto, Sr. Presidente, que esse impacto seja para os grandes responsáveis pela crise, que são as grandes empresas e os grandes bancos. São eles que devem pagar a conta. Esta Casa, V. Exa., que está na frente parlamentar da atividade minerária e siderúrgica, enfim, todos nós, temos de mostrar para essas empresas que não é demitindo os trabalhadores, colocando-os na rua, que essa situação será resolvida; e que a responsabilidade social da empresa tem de ser em primeiro lugar com o trabalhador.

O Deputado Weliton Prado (em aparte) - Serei rápido. É apenas para parabenizar o Deputado Padre João e concordar com ele: o trabalhador não pode pagar essa conta. Mas sempre vemos acontecer o contrário. Exemplo disso é que o governo do Estado joga a conta exatamente para os mais pobres ao querer aumentar o valor da água da Copasa, um bem público essencial à vida, que não pode ser tratado como mercadoria. Mas conseguimos, pela ação do Ministério Público, uma liminar para, a partir do mês de março, suspender o aumento no valor da água da Copasa.

E ainda há essa medida totalmente antipopular, absurda e desnecessária de penalizar duplamente o cidadão que estiver devendo a conta de luz: além de ter cortado o fornecimento de energia, seu nome ainda será colocado no SPC e na Serasa. Essa é uma medida muito injusta, contra a qual vamos lutar muito. Certamente, vamos entrar na Justiça para que o cidadão não tenha seu nome incluído na Serasa, o que é um verdadeiro absurdo.

Parabéns, Deputado Padre João. A luta continua.

O Deputado Padre João - Estaremos juntos nessa luta. A questão da água e da energia é de fundamental importância. Muito obrigado, Sr. Presidente.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 9/2/09, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Inácio Franco

nomeando José Claret Pimenta para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas.

Gabinete da Deputada Maria Tereza Lara

tornando sem efeito o ato publicado no Minas Gerais - Diário do Legislativo, edição de 10/2/09, que nomeou Stanlei Alves de Vasconcelos para o cargo de Agente de Serviços Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

nomeando Steicy Alves Vasconcelos para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas.

Gabinete do Deputado Pinduca Ferreira

tornando sem efeito o ato publicado no Minas Gerais - Diário do Legislativo, edição de 3/2/09, que nomeou José Geraldo de Souza para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

nomeando Eliane de Oliveira Souza para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas.

Gabinete do Deputado Tenente Lúcio

tornando sem efeito o ato publicado no Minas Gerais - Diário do Legislativo, edição de 7/2/09, que nomeou Francisco Carlos da Silva Neiva para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 4 horas.

Gabinete do Deputado Tiago Ulisses

nomeando Elizabeth Maria de Carvalho Rocha para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas.

Nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, e 5.179, de 23/12/97, c/c as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

nomeando Rogério Magalhães Correa para o cargo de Secretário de Gabinete, padrão VL-34, 8 horas, com exercício no Gabinete da Presidência.

Nos termos do inciso VI, artigo 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, decide, nos termos do Parecer nº 4.928/07, da Procuradoria-Geral, reconhecer e homologar o pedido de renúncia à aposentadoria, a partir de 2/2/09, formulado pelo servidor Antônio Resende de Mendonça, matrícula nº 3.917-9, aposentado a partir de 26/5/93, no então cargo de Oficial de Apoio às Atividades da Secretaria, atualmente correspondente ao cargo de Técnico de Apoio Legislativo, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 55/2008

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 49/2008

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, no dia 4/3/2009, às 14h15min, pregão eletrônico, por meio da internet, do tipo menor preço global, tendo por finalidade selecionar a proposta mais vantajosa para a reforma de mobiliário.

O edital encontra-se à disposição dos interessados nos "sites" www.licitacoes-e.com.br e www.almg.gov.br, bem como na Comissão Permanente de Licitação da ALMG, na Rua Rodrigues Caldas, 79, Ed. Tiradentes, 14º andar, no horário das 8h30min às 17h30min, onde poderá ser retirado, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha ou gratuitamente, em meio eletrônico. Neste caso, o licitante deverá portar disquete próprio.

Belo Horizonte, 10 de fevereiro de 2009.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 68/2008

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 62/2008

Objeto: aquisição de impressoras.

Em virtude da recusa da primeira classificada para o lote 1, Ademir Sanita Araraquara - ME, em assinar a ordem de compra, fica convocada a próxima classificada, Compuset Informática Ltda., nos termos do art. 9º, inciso XXI, da Lei nº 14.167, de 2002, e do Parecer nº 4.866, de 2006, da ALMG.

Belo Horizonte, 10 de fevereiro de 2009.

Eduardo de Mattos Fiuza, pregoeiro.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 101/2008

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 95/2008

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que, em virtude de alterações no edital do pregão eletrônico em epígrafe, que tem como objeto a prestação de Serviço Móvel Pessoal (SMP), a sessão pública virtual fica adiada para as 14h45min do dia 3/3/2009.

Belo Horizonte, 10 de fevereiro de 2009.

Eduardo de Mattos Fiuza, pregoeiro.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 102/2008

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 96/2008

Objeto: aquisição de materiais elétricos.

Pregoaes vencedores: Winner Elétrica Ltda. - EPP (Lote 4), Contato – Acessórios Industriais Ltda. - EPP (Lote 5) e Componente Industrial e Automação Ltda. (Lote 7).

Belo Horizonte, 10 de fevereiro de 2009.

Eduardo de Mattos Fiuza, pregoeiro.

TERMO DE CONVÊNIO

Primeira convenente: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Segunda convenente: Câmara Municipal de Sete Lagoas. Objeto: cessão de tempo da programação da TV Assembléia à Câmara Municipal de Sete Lagoas, mediante compartilhamento da grade de programação em certos horários. Vigência: 1 ano, a partir da data da assinatura.

TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Município de Alagoa - Prefeitura Municipal. Objeto: doação de bens móveis inservíveis, 1 microcomputador Zenith, registro patrimonial nº 018999 e 1 impressora jato de tinta, registro patrimonial nº 010482 . Licitação: dispensada (art. 17, II, "a", da Lei Federal nº 8.666, de 1993).

ERRATA

ATA DA 12ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 16/12/2008

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 19/12/2008, na pág. 77, col. 2, onde se lê:

"Projetos de Lei nºs 530, 699, 734, 1.888, 1.985, 2.432, 2.452, 2.454/2008 (Deputado Gilberto Abramo); 2.456, 2.474, 2.573, 2.575, 2.576, 2.614, 2.615, 2.616, 2.642, 2.675, 2.791 e 2.246/2008 (Deputado Inácio Franco)", leia-se:

"Projetos de Lei nºs 530, 699, 734, 2.432, 2.452, 2.454/2008 (Deputado Gilberto Abramo); 1.888, 1.985, 2.456, 2.474, 2.573, 2.575, 2.576, 2.614, 2.615, 2.616, 2.642, 2.675, 2.791 e 2.246/2008 (Deputado Inácio Franco)".